



LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do resultado

QUADRO 3 – Demonstração do resultado abrangente

QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 5 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

RELATÓRIO MG - 2018/064

Aos Acionistas e Administradores da
Luce Empreendimentos e Participações S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Luce Empreendimentos e Participações S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luce Empreendimentos e Participações S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa número 7, às demonstrações contábeis, a Investida Light S.A possui investimento indireto na Norte Energia S.A e na Renova Energia S.A. (em conjunto denominadas “Investidas indiretas”) que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nessas Investidas indiretas que envolvem e incluem outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigações pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos e reflexos sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza significativa que pode levantar dúvida da capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A (investida indireta da Companhia).

A Renova Energia S.A. controlada indireta em conjunto da investida Light S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentava excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes nos montantes de R\$ 1.607.398 mil e de R\$ 3.211.041 mil, respectivamente. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A e de suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

Outros assuntos – auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ora apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 20 de abril de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e ênfases em relação as investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A e determinados executivos desses outros acionistas e ênfase decorrente da incerteza significativa que pode levar dúvida à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


www.bakertillybrasil.com.br

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2018.




Gilberto Galinkin
Contador CRC/MG 035718/O-8
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes
CRC MG 005455/O-1

www.bakertillybrasil.com.br



Rua Santa Rita Durão, 852 – 2º andar – Bairro Funcionários
CEP: 30140-111 – Belo Horizonte, MG – Tel.: (31)3118-7800 e Fax: (31)3118-7816



LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14	20
Títulos e valores mobiliários	4	679	1.676
Dividendos a receber	5	3.845	-
Tributos e contribuições a recuperar	6	3.998	4.550
Outros		-	11
Total dos ativos circulantes		<u>8.536</u>	<u>6.257</u>
NÃO CIRCULANTES			
Tributos diferidos	6	52	130
Investimentos	7	<u>447.311</u>	<u>437.058</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>447.363</u>	<u>437.188</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>455.899</u></u>	<u><u>443.445</u></u>
<u>PASSIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores		4	18
Tributos e contribuições	6	21	42
Dividendos a pagar	9	2.963	-
Outros		13	15
Total dos passivos circulantes		<u>3.001</u>	<u>75</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	406.341	437.638
Reserva de lucros		13.824	-
Ajuste de avaliação patrimonial	10	45.959	48.220
Outros resultados abrangentes		(13.226)	(11.191)
Prejuízos acumulados		-	(31.297)
Total do patrimônio líquido		<u>452.898</u>	<u>443.370</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>455.899</u></u>	<u><u>443.445</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita (despesa) operacional – resultado de equivalência patrimonial	7	<u>16.188</u>	<u>(41.375)</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(1.949)	(731)
PIS e COFINS s/juros capital próprio		<u>(21)</u>	<u>(10)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>14.218</u>	<u>(42.116)</u>
Resultado financeiro			
Receitas de aplicações financeiras		449	179
Despesas financeiras		<u>(8)</u>	<u>(5)</u>
Total		<u>441</u>	<u>174</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		14.659	(41.942)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	<u>(78)</u>	<u>(78)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>14.581</u>	<u>(42.020)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação - R\$	11	<u>0,01</u>	<u>(0,03)</u>
Média ponderada de ações no exercício (lote de mil ações)	11	<u>1.379.839</u>	<u>1.379.839</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	14.581	(42.020)
Outros resultados abrangentes		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - reflexo da investida Light	(2.035)	413
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>12.546</u></u>	<u><u>(41.607)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Reservas de Lucros			Ajuste Aval. Patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos não distribuídos	Reserva reflexa custo atribuído			Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2015		205.199	8.274	227.309	-	50.865	(11.604)	-	480.043
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(42.020)	(42.020)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	413	-	413
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	413	(42.020)	(41.607)
Aumento de capital		232.439	-	-	-	-	-	-	232.439
Pagamento de dividendos		-	-	(227.309)	-	-	-	-	(227.309)
Reflexo Light Imobilizado reavaliado		-	-	-	-	-	-	(196)	(196)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa		-	-	-	-	(2.645)	-	2.645	-
Compensação de prejuízos	10	-	(8.274)	-	-	-	-	8.274	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>437.638</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.220</u>	<u>(11.191)</u>	<u>(31.297)</u>	<u>443.370</u>
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	14.581	14.581
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	(2.035)	-	(2.035)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(2.035)	14.581	12.546
Redução de capital	10	(31.297)	-	-	-	-	-	31.297	-
Reserva Legal		-	729	-	-	-	-	(729)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,002 por ação)		-	-	-	-	-	-	(2.963)	(2.963)
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos		-	-	-	500	-	-	(500)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa		-	-	-	-	(2.261)	-	2.206	(55)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	12.595	-	-	-	(12.595)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>406.341</u>	<u>729</u>	<u>12.595</u>	<u>500</u>	<u>45.959</u>	<u>(13.226)</u>	<u>-</u>	<u>452.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

QUADRO 5 - DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		14.659	(41.942)
Ajuste por:			
Equivalência patrimonial	7	(16.188)	41.375
Variações nos ativos e passivos			
Aumento tributos e contribuições a recuperar e pagar		531	(247)
Aumento (redução) em fornecedores		(14)	9
Aumento em outros ativos e passivos		9	(11)
Dividendos recebidos		-	1.312
Receitas financeiras incidentes sobre títulos e valores mobiliários		(449)	(179)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(1.452)</u>	<u>317</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital	10	-	225.946
Incorporação de saldos de caixa e equivalentes de caixa da Parati S.A.		-	2.858
Títulos e valores mobiliários		1.446	(370)
Total gerado pelas atividades de investimentos		<u>1.446</u>	<u>228.434</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	9	-	(228.739)
Total consumido pelas atividades de financiamento		-	(228.739)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(6)</u>	<u>12</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	20	8
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	14	20
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(6)</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Luce Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia ou Lepsa), com sede em Belo Horizonte, MG, foi constituída em 26 de dezembro de 2009, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto a participação, direta ou indireta, no grupo de controle da Light S.A. (Light) e também na participação societária em qualquer outra empresa de tipo ou natureza diferente.

A Companhia possui 26.576.149 ações ordinárias, nominativas, representando 13,0317368% no capital social da investida, sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 30 de novembro de 2017 a Cemig adquiriu a totalidade das ações preferenciais e ordinárias dos demais acionistas, passando a deter 100% da Companhia, tornando a Lepsa uma subsidiária integral da Cemig.

Em 29 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela reforma total de seu Estatuto Social, de forma a refletir o disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto Estadual de Minas Gerais nº 47.154/2017, que dispõem sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e empréstimos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Os empréstimos e recebíveis abrangem equivalentes de caixa e dividendos a receber, e outros créditos.

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos reconhecidos inicialmente ao valor justo e são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii) Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

(c) Investimentos

A participação societária na investida Light S.A. é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

(d) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A administração não identificou evidências que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para

apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos não financeiros ao valor recuperável.

(e) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

(f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras representam tarifas bancárias e encargos financeiros.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a recuperar esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que serão aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(h) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

(i) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs). Essa preparação exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas constantes neste relatório:

- Tributos diferidos (nota explicativa nº 6);
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 12);

(j) Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

Em vigor a partir 1º de janeiro de 2017:

- Modificações à IAS 7 (CPC 03) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 (CPC 32) - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificação à IFRS 12 (CPC 45) - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016.

Em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros.

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos - conta corrente	<u>14</u>	<u>20</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Certificado de Depósito Bancário – CDB	11	1.676
Fundo de Investimento Pampulha (não exclusivo)	668	-
	<u>679</u>	<u>1.676</u>

As aplicações em CDBs têm seus vencimentos em até 30 dias da data de aplicação, e tem por objetivo manter aplicado uma reserva mínima para cobrir despesas correntes, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações foi de 75% do CDI no exercício de 2017. O Fundo de Investimento Pampulha de Renda Fixa Crédito Privado (aplicações do Grupo Cemig) teve rentabilidade acumulada no exercício findo de 2017 de 104% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 12.

5. DIVIDENDOS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos a receber	3.845	-

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	ATIVO		PASSIVO	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRPJ a compensar	3.013	3.642	-	-
IRPJ a recolher	-	-	15	22
CSLL a compensar	979	902	-	-
Outros	6	6	6	20
Total	<u>3.998</u>	<u>4.550</u>	<u>21</u>	<u>42</u>

6.1. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	14.659	(41.942)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>4.984</u>	<u>14.260</u>
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	(5.504)	(14.067)
Compensação de prejuízos e outros	(442)	(271)
IR e CSLL apresentados na demonstração do resultado	<u>(78)</u>	<u>(78)</u>
IRPJ e CSLL diferido resultado	(78)	(78)

Impostos diferidos

	31/12/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social				
Adoção da Lei 11.638	153	52	382	130

Os valores acima referem-se à formação de ativo diferido na constituição da antecessora RME em 2006, por conta de despesas pré-operacionais com assessorias e outros custos incorridos para a aquisição de participação da Light S.A. Naquela ocasião, a decisão dos administradores foi pela amortização do diferido em 120 meses, conforme previa a legislação vigente. Com as mudanças contábeis na adoção da Lei 11.638/07, o saldo do ativo diferido, não amortizado até dezembro de 2010, foi baixado contra o Patrimônio Líquido, em contrapartida a um ativo fiscal diferido, também constituído naquela ocasião.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

7. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre a controlada em conjunto Light (consolidado)

	31/12/2017	31/12/2016
Participação no capital	13,03%	13,03%
Total dos ativos	14.945.049	14.330.229
Capital social integralizado	2.225.822	2.225.822
Patrimônio líquido	3.432.473	3.353.796
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	124.221	(312.937)

Segue o resumo dos balanços patrimoniais consolidados e das demonstrações dos

Resultados dos Exercícios da investida Light em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Ativo</u>	14.945.049	14.330.229
Ativo circulante	4.137.972	3.612.477
Ativo não circulante	10.807.077	10.717.752
<u>Passivo</u>	14.945.049	14.330.229
Passivo circulante	5.493.129	4.871.405
Passivo não circulante	6.019.447	6.105.028
Patrimônio líquido	3.432.473	3.353.796
	<u>Consolidado</u>	
<u>Demonstração do resultado</u>	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	11.314.559	9.645.237
Custo da operação	(8.869.219)	(8.042.026)
Lucro bruto	2.445.340	1.603.211
Despesas operacionais	(1.071.387)	(752.243)
Resultado equivalência patrimonial	(199.221)	(336.429)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	1.174.732	514.539
Resultado financeiro	(876.254)	(797.514)
Resultado antes do imposto renda e contribuição social	298.478	(282.975)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(137.196)	(190.871)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(37.061)	160.909
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	124.221	(312.937)

Em 31 de dezembro de 2017, a Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$1.355.157 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e está empenhada em alongar seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%, e do reajuste tarifário, ocorrido a partir de 15 de março de 2018, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,36%. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$25.747 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.142.837 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Diante deste cenário, a Companhia entende que não existe incerteza material que coloque em dúvida a continuidade operacional.

Além disso, em 14 de março de 2017, a Aneel aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA. A 4ª RTP, prevista para ocorrer

em 07 de novembro de 2018, foi antecipada para 15 de março de 2017 por meio da assinatura do 5º termo aditivo ao seu contrato de concessão, aprovado na 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 7 de março de 2017, nos termos do Despacho ANEEL nº 2.194 de 16 de agosto de 2016.

(b) Movimentação dos investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2015	478.216
Resultado de equivalência patrimonial- reconhecido na DRE	(41.375)
Resultados de equivalência patrimonial - reconhecido diretamente no patrimônio líquido – DRA	217
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>437.058</u>
Resultado de equivalência patrimonial- reconhecido na DRE	16.188
Dividendos	(3.845)
Resultado de equivalência patrimonial - reconhecido diretamente no patrimônio líquido	(2.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>447.311</u>

(c) Ativos e Passivos Financeiros do Setor

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Consolidado							
	31.12.2017							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores Homologados		Próximos Reajustes		Próximos Reajustes			
ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	
Itens da Parcela A	152.465	(38.967)	938.857	(593.292)	187.770	(118.658)	1.279.092	(750.917)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.883)	-	(122.386)	-	(24.477)	-	(150.746)
Custo de aquisição de energia	138.718	-	938.857	-	187.770	-	1.265.345	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(35.084)	-	(437.631)	-	(87.526)	-	(560.241)
PROINFA	10.008	-	-	-	-	-	10.008	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	976	-	-	(2.075)	-	(415)	976	(2.490)
Transporte de energia pela rede básica	2.763	-	-	(31.200)	-	(6.240)	2.763	(37.440)
Itens Financeiros	28.875	(241.232)	234.415	(413.029)	46.883	(82.605)	310.173	(736.866)
Outros itens financeiros	23.688	(241.232)	61.550	-	12.310	-	97.548	(241.232)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	34	-	-	(374.682)	-	(74.936)	34	(449.618)
Neutralidade da Parcela A	5.153	-	172.865	-	34.573	-	212.591	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	(38.347)	-	(7.669)	-	(46.016)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	181.340	(280.199)	1.173.272	(1.006.321)	234.653	(201.263)	1.589.265	(1.487.783)
Apresentação pelo líquido	(181.340)	181.340	(1.006.321)	1.006.321	(201.263)	201.263	(1.388.924)	1.388.924
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(98.859)	166.951	-	33.390	-	200.341	(98.859)

	Consolidado							
	31.12.2016							
	Circulante		Circulante		Não circulante		Total	
	Valores Homologados		Próximos Reajustes		Próximos Reajustes			
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Itens da Parcela A	534.284	(59.124)	19.017	(31.134)	95.083	(155.669)	648.384	(245.927)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	59.034	-	-	(15.450)	-	(78.419)	59.034	(93.869)
Custo de aquisição de energia	426.699	-	17.030	-	85.148	-	528.877	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(59.124)	-	(15.684)	-	(77.250)	-	(152.058)
PROINFA	42.160	-	166	-	831	-	43.157	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	3.030	-	162	-	811	-	4.003	-
Transporte de energia pela rede básica	3.361	-	1.659	-	8.293	-	13.313	-
Itens Financeiros	112.006	(974.991)	2.612	(5.904)	13.064	(29.520)	127.682	(1.010.415)
Outros itens financeiros	33.091	(949.077)	173	-	870	-	34.134	(949.077)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	-	(25.914)	2.439	-	12.194	-	14.633	(25.914)
Neutralidade da Parcela A	78.915	-	-	(5.904)	-	(29.520)	78.915	(35.424)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	646.290	(1.034.115)	21.629	(37.038)	108.147	(185.189)	776.066	(1.256.342)
Apresentação pelo líquido	(646.290)	646.290	(21.629)	21.629	(108.147)	108.147	(776.066)	776.066
TOTAL LÍQUIDO (Sem majoração de PIS/COFINS)	-	(387.825)	-	(15.409)	-	(77.042)	-	(480.276)
Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS	-	(35.874)	-	(1.425)	-	(7.126)	-	(44.425)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(423.699)	-	(16.834)	-	(84.168)	-	(524.701)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

SALDO EM 01.01.2016	611.676
(+) Constituição ^(a)	(587.346)
(-) Amortização ^(a)	(538.530)
(-) Recebimento de recursos de Conta CCRBT ^(a)	(19.073)
(+) Atualização Selic	8.572
SALDO EM 31.12.2016	(524.701)
(+) Constituição ^(a)	41.143
(-) Amortização ^(a)	382.225
(-) Recebimento de recursos de Conta ACR e CCRBT ^(a)	213.486
(+) Atualização Selic	(10.671)
SALDO EM 31.12.2017	101.482

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica ativos e passivos financeiros do setor – receita não faturada (vide nota 28), que incluíram os recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2017	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2017	(366.199)	-	(366.199)
Ativos e passivos financeiros do setor (Amortização/Constituição)	267.340	200.341	467.681
SALDO EM 31.12.2017	(98.859)	200.341	101.482

(d) Eventos ocorridos na Renova Energia

- a) Alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”) entre a controlada em conjunto indireta Renova Energia e AES Tietê

Em 03 de agosto de 2017, a Renova Energia concluiu a venda para a AES Tietê da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II, nos termos do Contrato de Compra de ações assinado em 18 de abril de 2017. O preço base de aquisição, no montante de R\$600.000, foi ajustado com base em determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

- b) Celebração de Contrato de Compra e Venda das ações que a controlada em conjunto indireta Renova Energia detinha da empresa americana TerraForm Global

Em 15 de maio de 2017, a Renova Energia e a Brookfield Asset Management (“Brookfield”), por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a Renova Energia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”). O preço total de aquisição das ações foi de R\$305.766, pagos à Renova Energia em 29 de junho de 2017.

Também nesta data foi celebrado um Acordo entre a Renova Energia e a TerraForm Global no qual as partes concordaram em encerrar o processo de arbitragem mediante compensações à Renova de R\$48.559.

- c) Aumento de capital e mudança no percentual de participação na controlada em conjunto indireta Renova Energia mediante aquisição de ações

Em 21 de junho de 2017, foi homologado o aumento de capital da Renova Energia de R\$112.764 (sendo R\$50.000, em 31 de dezembro de 2016 e R\$62.764, em 30 de junho de 2017) mediante a emissão de 56.381.931 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 50.888.993 ações ordinárias e 5.492.938 ações preferenciais, já subscritas e integralizadas, ao preço de emissão de R\$2,00 (dois reais) por ação ordinária e preferencial e de R\$6,00 (seis reais) por unit.

A controlada Light Energia adquiriu 15.068.370 ações ordinárias, sendo R\$12.137 em dezembro de 2016 e R\$18.000 em abril de 2017. Com isso, a participação na controlada em conjunto indireta Renova Energia foi alterada para 17,2%.

- d) Venda do Complexo Eólico Umburanas entre a controlada em conjunto indireta Renova energia e a Engie Brasil Energia S.A (“Engie”)

Em 23 de agosto de 2017, a Renova Energia assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas (LEN 2013 (A-5) e LEN 2014 (A-5)) com a Engie Brasil Energia S.A. (“Engie”), por meio da sua subsidiária ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. O preço total de venda das ações das companhias que integram o Complexo foi de R\$16.968.

- e) Continuidade operacional da controlada em conjunto indireta Renova Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, a Renova Energia apresentou passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$1.601.869. Diante desse cenário a Renova Energia vem executando ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, dentre elas: (i) aceitou a proposta vinculante para venda do Complexo Eólico Alto Sertão III; (ii) otimização do portfólio de contratos; e (iii) otimização do portfólio de projetos.

- f) Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Renova Energia S.A.

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova Energia respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017, relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova Energia e aportes efetuados pela Renova Energia em determinados projetos em desenvolvimento durante o ano de 2014. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova Energia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por conselheiros independentes e pelo presidente do conselho de administração, que, em conjunto com o comitê de auditoria, acompanharão a investigação interna. A Renova Energia esclarece que os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação. Os projetos que deram origem a essa averiguação foram baixados pela Renova Energia, gerando um efeito no resultado de R\$64.371.

- g) Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde de 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobrás, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobrás envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobrás, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobrás participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

8. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha como único controlador a Cemig com 100% do capital social total.

A remuneração total dos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R\$610 registrados como despesas administrativas, na demonstração do resultado. A remuneração abrange o Conselho de Administração e a Diretoria.

9. DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social prevê que ao lucro que remanescer após a constituição da reserva legal, será dado à seguinte destinação:

- (a) Distribuição de dividendos obrigatórios, não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- (b) Distribuição de dividendos adicionais e discricionários, em cada exercício social, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, até o montante de 100% (cem por cento) da parcela do lucro líquido remanescente.

Os dividendos obrigatórios, calculados originalmente no encerramento do exercício de 2017 são como se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>R\$/ação</u>
Lucro líquido do exercício	14.581	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	<u>(729)</u>	
Lucro líquido ajustado	13.852	
Realização de mais valia reflexa da investida	<u>2.206</u>	
Lucro à disposição dos acionistas	16.058	0,01
Destinação do resultado		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(2.963)	0,002
Reserva de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (a)	<u>(500)</u>	
Lucros retidos conforme Estatuto	12.595	
Nº de ações	<u>1.379.839</u>	

- (a) Nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a Diretoria Executiva está propondo aos acionistas a não distribuição de parte dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$500 mil por ser incompatível com a situação financeira da Companhia, tendo sido esta parcela registrada como reserva especial, a ser distribuída assim que a situação financeira permitir.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro 2015, o capital social da Companhia estava representado por R\$205.199, dividido em 177.328.393 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 100% detidas pela Parati S.A - Participações em Ativos de Energia Elétrica.

Em 31 de outubro de 2016 foi aprovada pela Parati, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão de metade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com características idênticas às ações preferenciais de emissão da Parati, de modo que o capital social da Companhia, por força de referida conversão, será representado por R\$205.199, dividido em 88.664.197 ações ordinárias e 88.664.196 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e de titularidade de Parati.

Na mesma Assembleia Geral, foi deliberado pelo desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3,9850949082 novas ações ordinárias, e que cada ação preferencial passou a ser representada por 3,9850949418 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com características idênticas às ações de emissão da Companhia de mesma espécie, de modo que o seu capital social, por força de referido desdobramento, passou a ser representado por R\$205.199, dividido em 353.335.240 ações ordinárias e 353.335.239 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e de titularidade de Parati.

Em 31 de outubro de 2016, a Parati foi cindida e a Companhia recebeu a parcela referente ao acervo líquido cindido, de acordo com o Laudo Contábil, importando no aumento de seu capital social em R\$6.493, com a emissão de 4.892.412 novas ações ordinárias e 4.892.412 novas ações preferenciais, em favor dos Acionistas, na proporção de suas participações acionárias no capital social da Parati.

Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$205.199, para R\$211.692, dividido em 358.227.652 ações ordinárias e 358.227.651 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas assim entre seus Acionistas: Cemig com 25% do capital social total, BTG com 10,72%, com a Santander com 21,44%, BV Financeira com 21,40% e o BB-BI, com 21,44% de participação no capital social total.

Em 21 de novembro de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram pela aprovação do aumento de capital social da Companhia, mediante subscrição no valor de R\$225.946, e emissão de 165.846.151 de novas ações ordinárias e de 497.538.451 de novas ações preferencias. O capital social foi aumentado para R\$437.638, dividido em 689.919.954 ações ordinárias e 689.919.951 ações preferenciais.

Os acionistas Santander, BV Financeira, BB-BI e BTG renunciaram ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas, tendo a Cemig optado por subscrever e integralizar a totalidade das ações. Assim, a Cemig aumentou sua participação acionária Companhia de 25% para 61,06% do capital social total, mantendo, contudo, sua participação de 50% do seu capital social votante.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig adquiriu a totalidade das ações detidas pelo BTG, aumentando sua participação acionária na Companhia de 61,06 para 66,62% do capital total, mantendo em 50% do capital social votante.

Em 30 de novembro de 2017 a Cemig adquiriu a totalidade das ações preferenciais e ordinárias dos Bancos Acionistas, passando a deter 100% da Companhia, passando a Lepsa ser uma subsidiária integral da Cemig.

Em 29 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas aprovou a redução do capital social da Companhia no valor de R\$31.297 para absorção de prejuízos acumulados, mantendo inalterada a quantidade de ações ordinárias e preferenciais subscritas e integralizadas. Conseqüentemente, o capital social da Companhia passou de R\$437.638 para R\$406.341 a partir desta data.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia está da seguinte forma:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Cemig	689.919.954	100	689.919.951	100	1.379.839.905	100
Total	<u>689.919.954</u>	<u>100</u>	<u>689.919.951</u>	<u>100</u>	<u>1.379.839.905</u>	<u>100</u>

(b) Reservas de Lucros

Reserva Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Os Ajustes de Avaliações Patrimoniais são provenientes de: (i) reserva reflexa de custo atribuído - ajuste reflexo da investida a Light, quando do reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*), na data da adoção do IFRS e novos CPCs, e (ii) outros resultados abrangentes - perdas ou ganhos de passivos atuariais de plano de pensão provenientes de ajuste reflexo da investida Light, quando do reconhecimento do CPC 33, na adoção do IFRS e novos CPCs.

Os valores vêm sendo realizados à mesma medida da realização na investida Light.

11. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2017	2016
Numerador		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	14.581	(42.020)
Denominador		
Média ponderada do número de ações	<u>1.379.839.905</u>	<u>1.379.839.905</u>
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação em R\$	<u>0,01</u>	<u>(0,03)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem diferenças entre o lucro por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos emitidos que tragam efeitos dilutivos ao cálculo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	14	14	20	20
Títulos e valores mobiliários	679	679	1.676	1.676
Dividendos a receber	3.845	3.845	-	-
<u>Passivo</u>				
Fornecedores	4	4	18	18
Dividendos a pagar	2.963	2.963	-	-

A descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data das demonstrações financeiras.

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

- Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como “empréstimo e recebíveis” e os dividendos a pagar estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data das demonstrações financeiras.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” (cenário I) considerou a taxa de juros, projetando-se o CDI para 31 de dezembro de 2018 em 6,75% conforme expectativa de mercado, baseada em dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5

de curto prazo), em 29 de dezembro de 2017. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

Risco de Redução das Taxas de Juros:

	<u>Risco</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	679	725	713	702
Impacto decorrente de decréscimos do CDI			46	34	23

(a) Valor justo dos instrumentos financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía como instrumentos financeiros – títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

(b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, procedendo às devidas adequações em sua estratégia, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

(c) Política de utilização de derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2017. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

13. PROVISÕES

A Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica, empresa incorporada parcialmente pela Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, é parte no processo administrativo nº 10600.720.040/2014-70, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual questiona a cobrança de Imposto de Renda na Fonte (“IRRF”), que seria devido em razão de ganho de capital auferido pela Enlighted na alienação de ativo localizado no Brasil, a Light S.A., cuja responsabilidade pela retenção e recolhimento, como substituta tributária, seria da Parati por ser a Enlighted residente e domiciliada no exterior, conforme dicção do artigo 26 da Lei 10.833/03.

Em relação à classificação da perda, a Administração da Companhia baseada em parecer de seu assessor legal, tem expectativa da perda ser considerada possível, no valor aproximado de R\$201.599, em 31 de dezembro de 2016, motivo pelo qual não constituiu provisão.

14. SEGUROS

A Companhia, por ser uma *holding* com participação direta na Light, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos, tem contratado seguros para: i) *Directors & Officers* (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais e, desta forma, sua Administração entende serem suficientes os seguros efetuados.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Venda do Complexo Eólico Alto Sertão III entre a controlada em conjunto indireta Renova Energia S.A e a Brookfield Energia Renovável S.A

Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova Energia deliberou favoravelmente ao aceite da proposta vinculante da Brookfield.

A proposta contempla a aquisição dos seguintes ativos e respectivos preços:

- (i) Complexo de Alto Sertão III, composto por 433 MW com PPAs e 288MW inscritos no Leilão de dezembro de 2017, pelo valor de R\$650.000, a serem pagos na data de fechamento da transação. O Preço poderá ser acrescido de earn-out de até R\$150.000 (corrigidos por CDI) vinculado à geração futura do complexo eólico, a ser apurada após 5 anos de sua entrada em operação. Os financiamentos bancários relativos a esses ativos também serão transferidos à BER.

(ii) Projetos eólicos em desenvolvimento, com capacidade instalada estimada de 1,1 GW, ao preço de R\$187 por MW, a serem pagos como earn-out (corrigidos por CDI).

O Conselho aprovou também a concessão de um novo período de exclusividade à BER por 30 (trinta) dias, prorrogáveis automaticamente por 30 (trinta) dias adicionais, para finalização dos documentos da transação, cuja conclusão efetiva se dará após a apreciação e aprovação dos órgãos de governança da Renova e de seus controladores, bem como após o cumprimento de condições precedentes usuais em transações desta natureza.

Os recursos oriundos desta transação serão destinados prioritariamente ao pagamento dos fornecedores e credores do projeto Alto Sertão III.

b) Rolagem dos empréstimos junto ao Citibank

Em 01 de fevereiro de 2018, foi realizada a rolagem das dívidas da Light SESA e Light Energia com o Citibank. A rolagem da Light SESA foi no valor de R\$632.000, com vencimento em 02 de agosto de 2021, e, da Light Energia, de R\$94.800, com vencimento em 1º de agosto de 2019. Ambas operações foram realizadas por meio de operação 4131 com swap vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.

c) Captação de Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil

Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$150.000 da controlada Light SESA com o Banco do Brasil, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tem vencimento em 07 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.

d) Captação de Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Santander

Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$117.000 da controlada Light SESA com o Banco Santander, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tem vencimento em 08 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.

e) Reajuste tarifário

Em 13 de março de 2018, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 10,36%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 7,83%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 2,53%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2018.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva em 29 de maio de 2018.

Diretoria Executiva

João Alan Haddad
Paulo Eduardo Pereira Guimarães
Robson de Oliveira Carminati

Conselho Fiscal

Nelson Tamietti - Efetivo
Francisco Luiz Moreira Penna - Efetivo
Paulo Roberto de Brito Mosqueira - Efetivo
Eduardo José de Souza - Suplente
Ronald Gastão Andrade Reis – Suplente
Paulo César Teodoro Bechtluft - Suplente

Contador

Edmundo Leão de Matos Filho
CRC-MG nº 56.401/O-6